



BOLETIM

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ:

EDIÇÃO ESPECIAL IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA NA EDUCAÇÃO

DADOS DE 2024 e 2025.1



APRESENTAÇÃO

Nesta edição do *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, refletimos e apresentamos dados sobre a violência armada e os seus efeitos na educação de estudantes de 49 escolas públicas do Conjunto de Favelas da Maré. São informações relativas às operações policiais ao longo do ano de 2024.

Desde 2016, a Redes da Maré acompanha, a partir do projeto *De Olho na Maré*, os impactos da violência armada no Conjunto de Favelas da Maré. Esse trabalho vem gerando um importante banco de dados sobre os efeitos devastadores e persistentes da falta de uma política de segurança pública que tenha como princípio a garantia da vida, sendo fundamental, ainda, para ajudar a compreensão sobre o que ocorre no Rio de Janeiro.

O *boletim especial sobre os impactos da violência armada na educação* é uma ferramenta política para dar luz a um tema

fundamental. Permite uma visão sobre os desafios enfrentados pelos moradores da Maré e de outras favelas do Rio de Janeiro para a garantia do direito à segurança pública e do direito à educação.

“As crianças da Maré também são impedidas de nascer, como é o caso do filho de Mayara que morreu aos 6 meses na barriga de sua mãe por um tiro de fuzil em uma operação da CORE. São impedidas de ir à escola, como é o caso de Marcus Vinicius, que aos 12 anos morreu com um tiro de fuzil no peito em uma operação da Polícia Civil. São impedidas de brincar na rua, como é o caso de Jeremias, que morreu aos 10 anos, enquanto jogava futebol em uma quadra. As crianças e tantos outros moradores da Maré são impedidos de sonhar, mas, sobretudo, de viver.”¹

– **Marcela Cardoso,**
Advogada da Redes da Maré

SÉRIE HISTÓRICA DOS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Em 2024 foram 37 dias com uma ou mais escolas públicas fechadas na Maré, afetando, em média, 7.301 estudantes por operação, o que correspondia a 38,4% dos estudantes matriculados nas redes municipal e estadual no território da Maré.²

Um aumento de 48% nos dias sem aulas e um aumento de 22% sobre a média de alunos sem aulas, em comparação a 2023.

A média de 38,4% dos estudantes afetados pela suspensão das aulas, em um total de 37 dias, significa que o período médio que cada estudante da Maré ficou sem aula em 2024 foi de 14,2 dias. Se mantida essa dinâmica, pode-se estimar que, proporcionalmente, ao longo dos 14 anos do ciclo escolar da

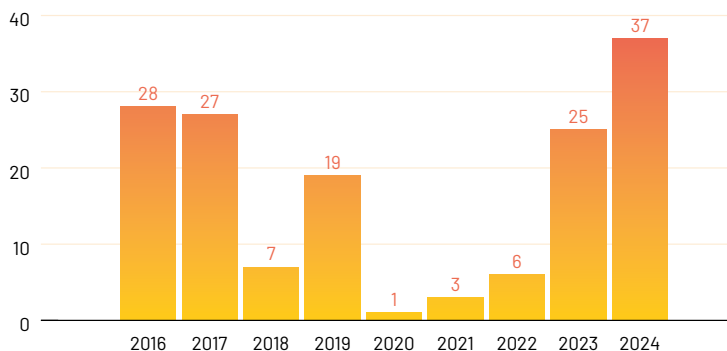
Educação Básica (Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio), serão 525,3 dias com fechamento de escolas e, assim, um mesmo estudante da Maré perderá, em média, 201,5 dias de aula. Isso corresponde a, exatamente, um ano letivo de sua trajetória na Educação Básica, o que revela uma grave situação de desigualdade entre a oferta da educação pública na Maré e aquilo que é exigido pela legislação do país e, por conseguinte, desfrutado pela maior parte da sociedade brasileira.

Tratam-se de 37 dias em que crianças, adolescentes jovens e adultos foram prejudicados no aprendizado do conteúdo escolar e que foram obrigados a ficar em casa sozinhos e, às vezes, até responsáveis por cuidar de irmãos mais novos – uma vez que muitos pais saem para trabalhar, pressionados por seus patrões –, expostos

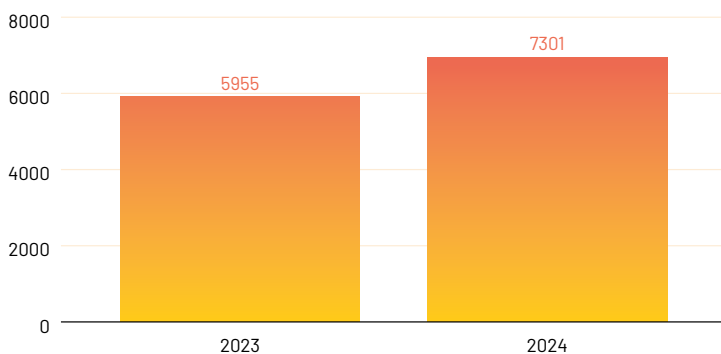
a situações de violência mesmo dentro de casa. Para os pais e responsáveis que não foram trabalhar para cuidar das crianças e adolescentes em casa, trata-se do risco

de demissão e perda da fonte de renda para a família. Existem, portanto, impactos que são sentidos pela população e não mensuráveis nos dados.

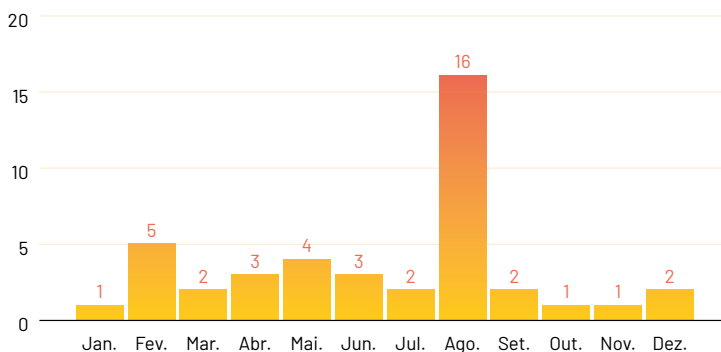
Dias com escolas fechadas devido a operações policiais, de 2016 a 2024



Média de alunos sem aulas por operação policial



Operações policiais por mês no Conjunto de Favelas da Maré em 2024



Em agosto de 2024, a Maré passou por 16 operações, sendo que 13 delas ocorreram em dias consecutivos para a realização de uma ação da Secretaria de Ordem Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro, a fim de demolir prédios em situação irregular, no Parque União. Essa ação foi apoiada pelas polícias Civil e Militar e causou um impacto relevante na interrupção da oferta de serviços públicos durante todo o período de demolição – que não foi finalizada. Para além dos impactos no processo de escolarização de estudantes mareenses, a suspensão de aulas tem gerado também situações de insegurança alimentar, como denuncia a Dona Janete, responsável por sete crianças que, pela ausência da merenda escolar, tiveram o acesso à alimentação comprometido durante os dias sem aula.

“As crianças estão passando constrangimento por falta de alimento [...] tá sendo muito difícil, não tá tendo nem mais o que comer. A gente [que é] mãe fica desesperada porque o alimento é pouco para família que é grande. Eu crio três filhos e quatro netos.”³

– **Dona Janete,**
Moradora da favela Nova Holanda

Um dos maiores desafios impostos aos moradores da Maré é a continuidade e a qualidade da educação na região. As barreiras impostas sobre a superação desses desafios se relacionam com fatores ligados à desigualdade socioespacial. No bojo dessa questão, estão a distribuição desigual de recursos, a segregação residencial, as disparidades de renda e emprego, a falta de acessibilidade e de transporte e, também, o não acesso à segurança pública. Além da realidade de acesso distinto a recursos educacionais, de segregação educacional, de desigualdades no desempenho escolar e no mercado de trabalho.⁴ Esse contexto, evidencia a urgência de políticas públicas que fomentem o acesso à múltiplos direitos que são negados ou dificultados aos moradores das favelas.

As políticas empregadas na área da segurança pública para as favelas são pautadas sobre operações policiais militarizadas e largo investimento em material bélico. O impacto da violência armada na educação vai para além do dia específico em que a operação ocorre. O impacto estende-se ao longo de semanas, prejudicando o calendário escolar e comprometendo o desenvolvimento educacional dos estudantes. Faltas recorrentes não apenas atrasam o conteúdo pedagógico, mas também desestimulam o engajamento dos alunos, que se veem imersos em um ambiente de instabilidade. O Censo Populacional da Maré de 2013, realizado pela Redes da Maré, registrou que 49,2% da população acima de 15 anos de idade não havia concluído o Ensino Fundamental.⁵ De acordo com o Plano Participativo para a Primeira Infância na Maré, lançado em 2024 pela Redes da Maré, 25,6% dos respondentes relataram enfrentar dificuldades diversas no acesso à educação. E, de acordo com a mesma pesquisa, 62,9% das crianças de 0 a 3 anos estavam fora da creche.⁶

As consequências para a formação dos estudantes da Maré são profundas e duradouras. A interrupção das aulas compromete, diretamente, o desempenho escolar, diminuindo as oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho no futuro.⁷ A defasagem escolar resultante dessas ausências prejudica a construção de um projeto de vida e limita as possibilidades de ascensão social, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Além das consequências educacionais, o ambiente de violência constante afeta profundamente o bem-estar físico e psicológico das crianças e adolescentes. A exposição frequente a confrontos armados e à presença ostensiva de forças policiais, dentro do ambiente escolar, contribui para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, estresse pós-traumático e outros problemas de saúde mental. A sensação de insegurança permanente

42 OPERAÇÕES POLICIAIS EM 2024

8 operações a mais que no ano anterior. Quase 1 operação por semana. O aumento de operações policiais foi de **34** para **42** (23,53%)

NENHUM CONFRONTO ENTRE OS GRUPOS ARMADOS E

158

REGISTROS DE TIRO.

Compreendemos por **confrontos armados** a dinâmica de troca de tiros entre os grupos armados que atuam na região e com condições táticas parecidas. Geralmente são motivadas pelas disputas de poder em várias instâncias, entre elas: territorial, econômica, social, moral e outras.⁸

27

Mortes causadas pela violência armada na Maré

13

Mortes a mais que no ano anterior: um aumento de **92%**.

20 mortes foram em operações policiais e 7 em ações dos grupos armados.

DADOS DE 2024



37 DIAS

SEM AULAS EM ESCOLAS EM DECORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA ARMADA. EM MÉDIA, SÃO 20 ESCOLAS FECHADAS E

7.302

ALUNOS SEM AULAS POR OPERAÇÃO POLICIAL.

Além das mortes, o **De Olho na Maré** registrou outras **365 violências** e violações de direitos.

Outras violações de direitos:

Para além das mortes, o contexto de violência armada contribui para a propagação de outras violações de direitos humanos. Tanto em operações policiais, como a partir da atuação dos grupos armados.

313 DELAS OCORRERAM DURANTE OPERAÇÕES POLICIAIS



30 dias sem atendimentos em unidades de saúde.

Deixaram de ser realizados **8.715** atendimentos em 2024, uma média de **290** atendimentos não realizados por operação.

Fato que também prejudica os moradores com consultas marcadas, uma vez que o tempo médio de espera por um procedimento ou consulta agendado via SISREG é de 75 dias.

OUTRAS VIOLAÇÕES OCORRIDAS DURANTE AS 42 OPERAÇÕES POLICIAIS EM 2024



17 vítimas de ferimento por arma de fogo



23 vítimas de violência física



27 vítimas de violência psicológica



7 vítimas de violência verbal



17 vítimas de tortura



93 domicílios ou estabelecimentos comerciais invadidos



78 moradores reclamaram dano ao patrimônio



11 moradores tiveram pertences subtraídos



33 pessoas sofreram ameaças



7 moradores ficaram em cárcere privado



3 pessoas ficaram desaparecidas temporariamente



3 pessoas morreram em decorrência de impactos e dinâmicas das operações policiais, para além das 20 vítimas por armas de fogo

Registros de tiros: São caracterizados por disparos de arma de fogo ocorridos fora do contexto de ações policiais e de confrontos entre os grupos armados. Geralmente propagados para o alto: tiros isolados ou disparados por outras motivações para além do enfrentamento bélico.

mina a capacidade de concentração, aprendizado e desenvolvimento emocional, impactando negativamente a saúde e o futuro desses estudantes.

Segundo a pesquisa Construindo Pontes, da Redes da Maré com o People's Palace Projects, 20% dos participantes acreditam que o contexto de violência da Maré afeta a sua saúde física e 31% perceberam prejuízos à saúde mental e emocional. Entre as pessoas que sofreram exposição direta a situações violentas, 44% acreditam que sua saúde mental foi prejudicada e 29% percebem efeitos objetivos sobre a saúde física. Das pessoas que estiveram em meio a tiroteios, 12% relatam pensamentos sobre suicídio e 30% sobre morte.¹⁰ Um indicio dos prejuízos psíquicos causados pela exposição à violência, ou seja, estar submetido a operações policiais por 13 dias consecutivos pode ter gerado danos irreparáveis para a população que já luta por sobrevivência diariamente.

A nota técnica O impacto da violência armada no direito à educação, publicada em 2023, aponta a necessidade do envolvimento de gestores escolares na criação de observatórios para monitorar o impacto da violência nas escolas e na elaboração de indicadores específicos, de forma a colaborar com os estados e municípios na promoção de ambientes escolares seguros. Contribuindo, assim, para garantir o direito à educação.¹¹ É imperativo que se reconheça o direito à educação segura e de qualidade como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social.

A CAMINHO DA ESCOLA: DEBATE SOBRE O PERÍMETRO ESCOLAR E REPARAÇÃO DE AULAS PERDIDAS

Na Maré, 59,13% das 230 ações policiais, que ocorreram de 2016 a 2024, foram iniciadas

antes do horário comercial (8h-18h). No entanto, no âmbito ADPF 635, o *De Olho na Maré* registrou 88 vezes em que as operações policiais impactaram o cotidiano escolar, sendo que em metade delas houve registro de mortes. Um dado alarmante revela que em 88,1% das operações policiais, veículos blindados e policiais a pé transitaram muito próximos a unidades escolares, gerando insegurança e temor entre estudantes, professores e familiares.

A questão das operações policiais em perímetro escolar gera grande debate, pois, por um lado, não houve determinação oficial por parte dos Ministros do STF do que poderia ser considerado um perímetro seguro para a atuação policial. E, por outro lado, há territórios como a Maré que possuem grande quantidade de escolas, exigindo um planejamento qualificado de atuação das polícias. Vale ressaltar que um tiro de fuzil (tipo de armamento de fogo fornecido para as forças de segurança e também utilizado pelos grupos armados) tem capacidade de atingir pessoas e casas a longo alcance. Disparos de fuzis de calibre 5,56 e 7,62 são letais a distâncias de 300 e 600 metros, respectivamente.

As ações próximas às escolas impossibilitam o acesso à educação em dias em que o evento ocorre e impacta na frequência escolar e atenção dos alunos nos dias seguintes. Além dos fatores relacionados ao aprendizado, há aqueles relacionados à saúde mental e à insegurança alimentar. Sendo assim, como pensar em políticas de reparação que apoiem as unidades escolares para a mitigação dos danos físicos e psicológicos de milhares de estudantes para uma recomposição de aprendizagem efetiva?

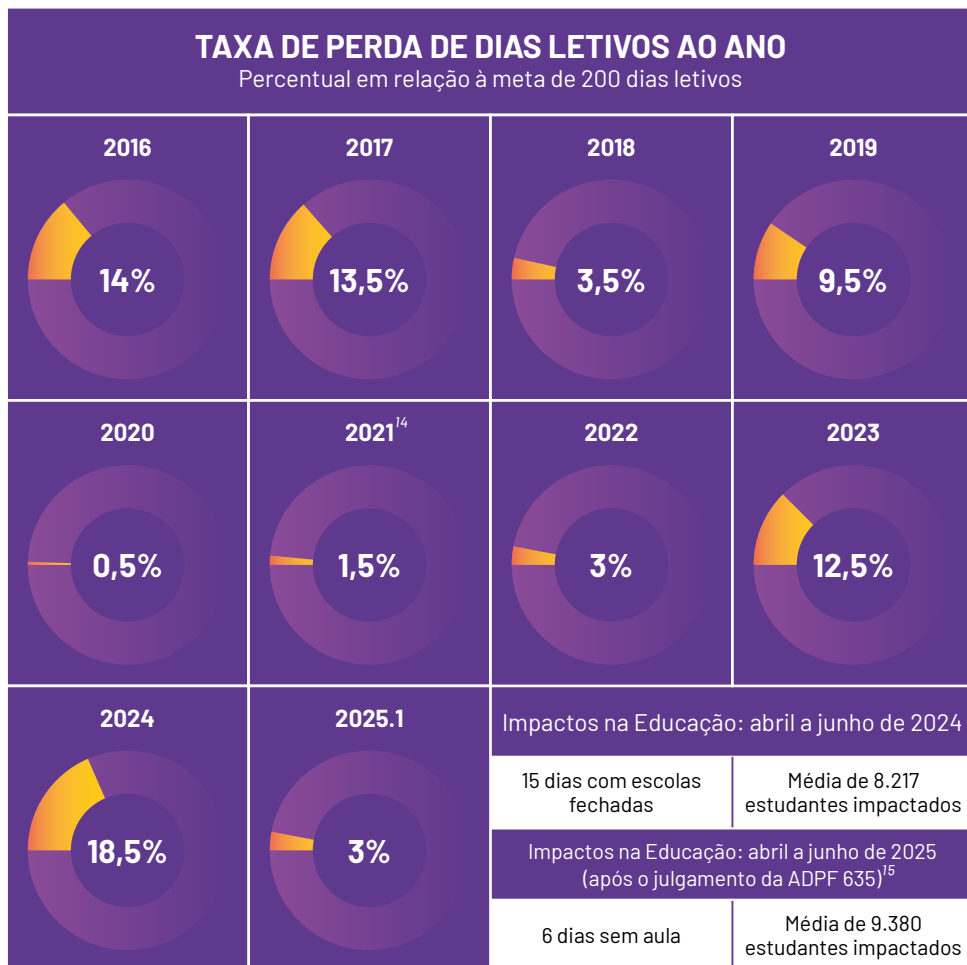
A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) prevê a obrigação do cumprimento de 200 dias letivos para estudantes do ensino básico, todavia não se trata de uma realidade em muitos locais no Brasil, incluindo a Maré. Segundo o relatório Educação sob cerco:

As escolas do Grande Rio impactadas pela violência armada, elaborado através de parceria entre a UNICEF, o CERES-IESP, o Fogo Cruzado e o GENI-UFF, 1.800 escolas públicas da região metropolitana do Rio de Janeiro encontram-se em áreas ocupadas por grupos armados, e com 48% dos estudantes estão matriculados em unidades nos territórios afetados pela violência.¹²

Diante dessa realidade, há um grande desafio para o poder público que é o combate à atuação de redes ilícitas e a garantia do direito à educação. A obrigatoriedade de no mínimo 200 dias letivos, prevista na LDB, exige um

esforço para elaborar políticas públicas e acompanhar sua execução. A tentativa de reposição, através de aulas remotas e do envio de atividades por e-mail e celular não se mostra eficaz, do ponto de vista pedagógico.¹³

Ainda há um contexto de exclusão digital observado, principalmente, durante a pandemia de COVID-19, quando houve um impacto importante da suspensão de aulas presenciais no aprendizado dos estudantes. Pesquisa realizada pela Redes da Maré durante a pandemia aponta que ainda há problemas de sinal e de rede na Maré e que 26% dos alunos não possuem acesso



à internet. Já 38% dos estudantes não conseguiram acompanhar regularmente as atividades online, devido a questões como falta de equipamento eletrônico, de acesso à internet, não compreensão do que era proposto, entre outras. Sobre o ensino remoto, 69% dos alunos se sentiram prejudicados nesta modalidade.¹⁶

O Indicador do Alfabetismo Funcional (INAF) aponta que 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais.¹⁷ Segundo o Anuário da Segurança Pública, 2.182 escolas no Brasil registraram paralisações no cotidiano por episódios de violência em 2023, que incluem desde bullying até tráfico de drogas, agressões, homicídios e violência armada, representando um aumento de 245% entre 2021 e 2023.¹⁸ No país, segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 3% dos professores relataram que as escolas em que trabalham foram impactadas por tiroteios ou disparos de arma de fogo. E no estado do Rio de Janeiro, o índice chega a 16%.¹⁹ Além disso, na própria Maré há barreiras no acesso à educação, citadas anteriormente, que atingem uma população que não completou o Ensino Fundamental ou que está fora da escola ou da creche.

A Redes da Maré teve como marco inicial o trabalho na área da educação e entende este direito como um pilar central de atuação, reconhecendo a negligência histórica do poder público na oferta desta política nas periferias e favelas. A instituição tem focado em trabalhar numa perspectiva de ampliação do acesso dos moradores à educação de qualidade ao atuar em articulação com as escolas da Maré, na elaboração de atividades formativas para alunos e professores; realizar campanhas de mobilização territorial; desenvolvimento de pesquisas sobre o contexto educacional local; e em ações de incidência política.

Dessa forma, a Redes da Maré tem se articulado com outras organizações da sociedade civil e do sistema de justiça, com o Conselho Nacional de Educação

(CNE), com secretarias de ensino, com o Ministério da Educação e com universidades públicas. Além disso, em 2024, fortaleceu a participação em espaços de debate e mobilização sobre a pauta do direito à educação, sendo instituição membro do Fórum Municipal de Educação e o do Fórum Estadual de Educação. Essa atuação possibilitou o diálogo com o Ministério Público Federal (MPF) que, desde agosto de 2024, avalia o impacto das operações policiais na educação e a eficácia dos mecanismos para compensar os dias letivos perdidos por conta de operações policiais.²⁰

Esses mecanismos de escuta coletiva, como os fóruns, são fundamentais para que as ideias elaboradas tenham a maior participação popular possível. E, desta forma, serem mais eficazes para a garantia do direito à educação em espaços de favela e periferias. Além disso, é importante que haja a clara divulgação das ações de recomposição de aprendizagem que venham a ser empregadas pela rede pública de ensino.

Não é razoável a normalização de dias sem aulas por conta de violência armada. Em nenhum bairro da cidade, que não fosse uma favela, isso seria relativizado e, nesses territórios, não pode ser diferente. O direito à educação está previsto pela Constituição Federal e deve ser garantido a todas as pessoas independente do CEP onde vivem. Qualquer alternativa que não leve em conta a qualidade do ensino, a participação dos professores e diretores, a realidade das comunidades escolares e as questões de raça, gênero e território, não pode ser considerada uma solução para o problema.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Trecho dasustentação oral da Redes da Maré no Supremo Tribunal Federal como amicus curiae da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635

2. Os dados sobre dias com escolas fechadas levam em conta quando há uma ou mais unidades escolares do município ou do estado fechadas devido às operações policiais. Nem todas as 49 escolas públicas da Maré permaneceram fechadas por 37 dias, ao longo de 2024. O que não minimiza os impactos das ações militarizadas do Estado no campo da segurança pública sobre a educação.

3. MARÉ ONLINE. “Deixem as escolas voltarem para terem o que comer”, diz mãe sobre operações na Maré”. 31 ago. 2024. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/deixem-as-escolas-voltarem-para-terem-o-que-comer-diz-mae-sobre-operacoes-na-mare/>>. Acesso em 31 jul. 2025.

4. REDES DA MARÉ. Análises: O Direito à Educação na Maré - 4a edição. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2024, pp. 13. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RDM_Analisesdireitoeducacaom.pdf>

5. REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019, pp. 71. Disponível: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf>.

6. REDES DA MARÉ. Plano Participativo para a Primeira Infância na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2024, pp. 23. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Plano_Participativo_PIM_2024.pdf>.

7. CANO, Ignácio et al. O Impacto da Guerra às Drogas na Educação das Crianças das Periferias do Rio de Janeiro. Dados, Rio de Janeiro, vol. 63, n. 3, 2025, p. 33.

8. O confronto se refere a uma situação de troca de tiros, identificada como resultado de ação direta entre grupos armados, que altera o cotidiano dos moradores da Maré e interfere no funcionamento das instituições públicas e privadas. O registro de tiro diz respeito à constatação sonora de disparos de arma de fogo que não se configuram um confronto ou operação policial. Podem ser disparos de teste de armas ou comemorações por parte dos grupos armados. Monitorar os registros de tiro é importante para compreender os impactos da violência armada na rotina das comunidades, especialmente no que se refere ao medo, à restrição de circulação e ao agravamento do estresse coletivo, mesmo na ausência de confrontos confirmados.

9. Duas mortes foram causadas por infarto e uma por parada cardiorrespiratória, situações provocadas ou agravadas pelo contexto de operação policial em curso.

10. REDES DA MARÉ. Análises: Saúde Mental nas favelas da Maré - 2ª edição, fevereiro de 2023. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_ANALISES_2_EDICAO.pdf>. Acesso em 03 fev. 2025.

11. ROSENDO, Shyrley; BARBOSA, Juliana de Souza; FERREIRA, Mônica D. Peregrino. O impacto da violência armada no direito à educação. Nota Técnica. D3E - Direitos, Desigualdades e Educação, 2023. Disponível em: <https://d3e.com.br/wp-content/uploads/nota-tecnica_2311_impacto-violencia-educacao.pdf>. Acesso em 27 jan. 2025.

12. CERES-IESP; UNICEF; FOGO CRUZADO; GENI-UFF. Educação sob cerco: As escolas do Grande Rio impactadas pela violência armada. Rio de Janeiro: UNICEF, 2025, pp. 8-12. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/media/33696/file/Educacao-Sob-Cerco-Relatorio2-GENI-UNICEF-Characterizacao-FINAL.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2025

13. REDES DA MARÉ. “Redes da Maré participa de audiência pública sobre violência na educação”. Adriana Pavlova, 30 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/br/noticia/185/redes-da-mare-participa-de-audiencia-publica-sobre-violencia-na-educacao#:~:text=A%20audi%C3%A7%C3%A3o,tema%20organizada%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico>>. Acesso em 08 ago. 2025.

14. 2020 e 2021 foram anos de impactos da pandemia de COVID-19, os quais levaram a um período sem aulas e com aulas no modo de ensino à distância. Também foram anos em que as operações policiais estavam restritas a situações de excepcionalidade, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 635.

15. O recorte específico de abril a junho de 2024 e de 2025 se deve ao fato da última decisão sobre a ADPF 635 ter ocorrido em abril de 2025. Neste ano houve um marco e para a comparação ser justa é necessário, portanto, fazer o recorte semelhante para o ano de 2025.

16. REDES DA MARÉ; INSTITUTO UNIBANCO. Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Rio de Janeiro: Redes da Maré, p. 12-13. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Educacao_Pesquisa_Mare.pdf>. Acesso em 14 ago. 2025.

17. Pesquisa organizada pela Ação Educativa e Conhecimento Social, de co-realização com a Fundação Itaú, em parceria com UNESCO, UNICEF e Fundação Roberto Marinho. Cf. O GLOBO. “Sem ler nem contar: o Brasil que ficou à margem da educação básica”. Viviane Nogueira, 25 jul. 2025. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/100-anos/noticia/2025/07/25/sem-ler-nem-contar-o-brasil-que-ficou-a-margem-da-educacao-basica.ghtml>>. Acesso em 05 ago. 2025.

18. JORNAL DO COMMERCIO. “Interrupções das aulas aumentam por conta da violência, mostra Anuário da Segurança Pública”. Mirella Araújo, 24 jul. 2025. Disponível em: <<https://jc.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2025/07/24/interruptoes-nas-aulas-aumentam-por-conta-da-violencia-mostra-anuario-da-seguranca-publica.html>>. Acesso em 05 ago. 2025.

19. O GLOBO. “MPF pede para que plano de reposição de aulas canceladas por violências saia em até 120 dias”. Bruno Alfrano, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2025/07/23/mpf-pede-para-que-plano-de-reposicao-de-aulas-canceladas-por-violencias-saia-em-ate-120-dias.ghtml?giftId=e979a5871c43878&utm_source=Copiarlink&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhamateria>. Acesso em 06 ago. 2025.

20. REDES DA MARÉ. “Nota pública da Redes da Maré sobre a garantia do direito à educação”. 30 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/361/nota-publica-da-redes-da-mare-sobre-a-garantia-do-direito-a-educacao>>. Acesso em 05 ago. 2025.

CONCLUSÕES E REFLEXÕES

As operações policiais precisam cumprir o compromisso com a sociedade de respeitar os parâmetros normativos estabelecidos que defendem os direitos humanos que visam garantir o direito de ir e vir, bem como a proteção da vida de todos os moradores.

A educação, em todos os níveis, é um caminho essencial para o acesso à cidadania. Por isso, é fundamental que os dias letivos sejam garantidos com qualidade e efetividade, sem interrupções causadas por ações violentas.

Cabe aos poderes executivos municipal, estadual e federal agir em consonância com a Constituição Federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assegurando a organização dos espaços urbanos, sobretudo os mais vulneráveis, para que haja integralidade e articulação das políticas públicas necessárias ao bem viver da população.

Neste sentido, a Redes da Maré reafirma seu compromisso com a mobilização comunitária, a incidência política e a realização de experiências e ações concretas que visam ampliar as noções sobre o tema da Segurança Pública para além das ações bélicas e fortalecer os direitos dos moradores a partir da perspectiva territorial.

Tendo em vista muitas unidades da rede municipal de educação são diretamente impactadas pelas operações policiais, inclusive com mortes de crianças e adolescentes no ambiente escolar, é fundamental o engajamento das prefeituras no debate intersetorial das suas secretarias com foco em segurança pública de forma articulada e integrada com o governo do estado. Dessa forma, refletir sobre a Maré é refletir sobre o Brasil: a urgência de políticas integradas, que unam segurança pública cidadã, educação de qualidade e melhores condições de vida para pessoas que vivem em favelas e periferias precisam ser capazes de garantir direitos e ampliar perspectivas de futuro para essas populações.

O desafio é grande, mas a experiência acumulada por organizações de base comunitária, como o Seminário de Educação da Maré e o Boletim Direito à Segurança Pública, bem como moradores e iniciativas locais tem muito a colaborar com a construção de caminhos possíveis para enfrentar questões complexas. Iniciativas como essas precisam ser reconhecidas, fortalecidas e multiplicadas.

2025 - REDES DA MARÉ

Rua Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda, Maré
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 21044-242

(21) 3105-5531
(21) 3104-3276

eixosegurancapublica@redesdamare.org.br
www.redesdamare.org.br

Apoio



Realização



Acesse esta publicação em:
www.redesdamare.org.br/publicacoes